

I – Direito Comercial

Justifique sempre as suas respostas.

1.1. Explique as principais diferenças entre o penhor mercantil e o penhor civil, justificando a sua resposta. (0,75 valores)

1.2. Faça uma breve explicação quanto às principais diferenças entre o cheque e a livrança. (1 valor)

1.3. Diga em que circunstâncias se extingue a garantia autónoma pagável à primeira solicitação. (0,75 valores)

1.4. Diga, justificando, se os sócios podem introduzir nos estatutos uma cláusula compromissória, aplicável a quaisquer questões ou divergências que pudessem ocorrer relativamente ao funcionamento da sociedade. (1 valor)

2. O senhor Kuong, casado no regime da comunhão de adquiridos, constituiu, com o senhor Hoi, casado no regime da participação nos adquiridos, e o senhor Chan, divorciado, uma sociedade por quotas com o capital social de MOP100.000,00, na qual detinha uma quota com o valor nominal de MOP65.000,00. A sociedade tem como objecto a realização de obras de construção civil, e vincula-se com a assinatura conjunta de dois administradores.

O senhor Kuong, porque era sócio maioritário, propôs que fossem designados como administradores da sociedade a senhora Tang, sua esposa, e o senhor Man, um seu conhecido, o que mereceu o acordo do senhor Chan, que era titular de uma quota com o valor nominal de MOP25.000,00, mas não do senhor Hoi.

Perante estes factos, responda sucintamente às seguintes questões: (3,5 valores)

2.1. A senhora Tang assinou, em representação da sociedade, um contrato-promessa de compra e venda, em que era prometida a aquisição ao casal Vong de uma fracção habitacional, com o intuito de mais tarde ser revendida por preço mais alto. Na altura, foi pago 25% do preço, a título de sinal.

Na manhã da data combinada para a outorga da escritura prometida, que foi marcada para a tarde, a senhora Tang fica gravemente doente, e dá entrada no hospital, em coma. Os promitentes vendedores ameaçaram que, se a escritura não for assinada como combinado, faziam seu o sinal. O senhor Man encontra-se em viagem de negócios na Europa. Como advogado da sociedade, o que poderia fazer para defender os seus interesses?

2.2. Tendo em conta que os estatutos da sociedade concedem o direito de preferência aos sócios em qualquer cessão de quota a não sócio, comente, caso existam, as restrições ou condicionantes aplicáveis a uma transacção através da qual (1) o senhor Kuong cede metade da sua quota ao senhor Chan e (2) o senhor Hoi cede a totalidade da sua quota a um não sócio.

II – Direito Civil e Direito Processual Civil

1. O Sr. Chan e sua mulher Sra. Chan, casados há 15 anos, no regime da comunhão de adquiridos, têm dois filhos, respectivamente de 13 e 15 anos. Pouco depois do casamento, adquiriram em conjunto uma fracção autónoma para servir de casa de morada e família até à presente data.

Como a Sra. Chan, nos últimos cinco anos suspeitava que o marido tinha uma amante, situação que o Sr. Chan sempre negou, o casal discutia-se muitas vezes por causa deste problema. Há meio ano antes, a Sra. Chan, através de advogado, acabou por requerer ao tribunal contra o Sr. Chan, para decretar o divórcio entre eles, mas o Sr. Chan também contratou um advogado para contestar, negando sobre os factos que lhe eram imputados. Encontram-se a aguardar a marcação da data de audiência e julgamento pelo tribunal.

Há três meses atrás, como houve uma descida dos preços imobiliários em Macau, a Sra. Chan decidiu adquirir uma fracção autónoma sita no Edf. U Keng Wan pelo preço de MOP\$4,000,000.00 (quatro milhões de patacas), com o objectivo de investimento, tendo pago o preço na sua totalidade, encontrando-se a aguardar a outorga da escritura de compra e venda.

Porém, no acidente de viação ocorrido em princípios de Abril do corrente ano, a Sra. Chan faleceu por ter sido atropelada por um condutor de autocarro que estava embriagado. Segundo os cálculos, a indemnização poderá atingir o montante de MOP\$2,000,000.00 (Dois milhões de patacas).

Uma vez que a Sra. Chan faleceu, o Sr. Chan achou que devia terminar o processo de divórcio entre eles, dado que tal acção já não fazia sentido nenhum, por outro lado, o Sr. Chan contratou um advogado para se preparar do pedido de indemnização civil relativamente ao acidente de viação e do processo de inventário para tratar dos bens da Sra. Chan, incluindo depósitos bancários e imóveis registados em nome desta.

Porém, os pais e os dois filhos da Sra. Chan não o entendem assim, e tendo ódio do Sr. Chan, eles acham que o Sr. Chan não tem nenhum direito de obter quaisquer dos bens da Sra. Chan.

Perguntas:

1. Se fosse advogado do Sr. Chan, relativamente à pretensão do Sr. Chan de terminar o processo de divórcio, bem como, de requerer a indemnização pelo acidente de viação e tratar da questão do inventário, qual será a sua opinião? (1,75 valores)
2. Se os pais e os filhos da Sra. Chan solicitaram a sua opinião legal sobre a questão de como impedir que o Sr. Chan obtenha quaisquer bens da Sra. Chan, qual será a sua opinião? (1,75 valores)
2. Tendo planeado contrair casamento em Julho de 2012, e não querendo continuar a suportar rendas caras, o Sr. Ng e a Sra. Wong estavam a procurar uma fracção autónoma

adequada para servir de casa de morada de família após o casamento. Em Janeiro de 2012, acabaram por encontrar uma fracção autónoma adequada.

Porém, souberam que tal fracção estava arrendada a um arrendatário, com prazo de arrendamento a terminar em 31 de Janeiro de 2013. Com efeito, foram ter com o agente imobiliário, a fim de saber se será possível o arrendatário sair da fracção durante o mês de Junho de 2012.

Perante tal questão dos clientes, o agente imobiliário contacto com o advogado que conhecia para efeitos de consulta, tendo o advogado dito que podia, mas tinha de comunicar o arrendatário com um mês de antecedência, pagando uma quantia equivalente a um mês de renda a título de compensação. Assim, o agente imobiliário transmitiu tal opinião legal ao Sr. Ng e Sra. Wong. E os dois, perante tal resposta, celebraram logo o contrato-promessa de compra e venda com o vendedor, pagando o sinal no valor de MOP\$1,000,000.00 (um milhão de patacas). As partes acordaram em celebrar a escritura de compra e venda no dia 30 de Abril de 2012.

Após a celebração do contrato-promessa de compra e venda, a pedido dos compradores, o vendedor fez uma comunicação ao arrendatário, solicitando-lhe para sair da fracção arrendada em 1 de Junho de 2012, manifestando a vontade de pagar um mês de renda a título de compensação. Porém, a resposta do arrendatário foi de que, o senhorio não tem o direito de terminar o contrato de arrendamento antes do termo do prazo, recusando-se de desocupar a fracção.

O Sr. Ng e a Sra. Wong depois de tomarem conhecimento da resposta do arrendatário, ficaram muito desiludidos e pretendem resolver o contrato, e por coincidência, o vendedor sofreu uma fractura no osso do pé em 28 de Abril de 2012, e para evitar dores resultantes do movimento do pé, o vendedor decidiu adiar a celebração da escritura de compra e venda para 15 de Maio de 2012.

Perante tal, o Sr. Ng e a Sra. Wong desejam usar tal situação como fundamento para resolver o contrato, mas tal foi recusado pelo vendedor.

2.1. O Sr. Ng e a Sra. Wong vêm ter consigo para obter opinião legal acerca da viabilidade da resolução do contrato, justifique. (1,5 valores)

2.2. Suponha que o Sr. Ng e a Sra. Wong não pretendem resolver o contrato, mas tendo tomado conhecimento da resposta do arrendatário ficaram extremamente zangados, e para além de se recusarem de pagar a comissão do agente imobiliário, manifestaram-se ainda que irão proceder contra o agente imobiliário sobre a indemnização das rendas durante o período entre 1 de Junho de 2012 e 31 de Janeiro de 2013. Por causa disso, o agente imobiliário ficou preocupado, e achando que tal situação tinha sido causada exclusivamente pela opinião legal fornecida pelo advogado, pelo que, pretende proceder com tal advogado sobre os danos resultantes da falta do pagamento da comissão, para além disso, caso o tribunal vier a condenar que seria necessário indemnizar as rendas ao Sr. Ng e à Sra. Wong, o agente imobiliário também pretenderá ser indemnizado desses danos pelo advogado. Se fores advogado do agente imobiliário, qual a sua opinião sobre as pretensões do agente imobiliário. (2 valores)

III – Direito Penal e Direito Processual Penal

A, pintor de construção civil de profissão, casado com D, foi contratado pelo subempreiteiro C. Lda, para fazer as obras de acabamento do tecto das Grand Canal Shoppes, no Casino Vainichiran.

A inadvertidamente tomou conhecimento de que E seu companheiro de profissão, era amante da sua mulher D.

Passou então a evitá-lo e a cogeminar uma forma de se vingar de tal afronta.

Certo dia estando ambos empoleirados num andaime a mais de trinta metros de altura, E, escorregou e ficou pendurado do andaime sobre o vazio apenas por uma mão. E pediu, desesperadamente ajuda a A, mas este vendo chegada a oportunidade de se vingar da

infidelidade, fingiu nada ouvir e continuou a pintar virado de costas para o local onde **E**, lutava para não cair do andaime abaixo, numa queda de mais de 30 metros.

Finalmente, exausto, **E** perdeu as forças e precipitou-se no vazio.

Ao chegar ao solo ficou estendido e empalado num dos bambus que sustentavam os andaimes.

F gestor do Centro Comercial, dono da obra, e **G** administrador da sociedade **C, Lda.**, ao verificarem o acontecido e com receio do alarme que tal facto haveria de causar entre os restantes trabalhadores, na possibilidade de manter as quotas de trabalhadores não residentes e da má publicidade para o Centro, decidiram em conjunto ocultar o ferido, escondendo-o numa das gôndolas que atravessavam os canais, dando instruções para o gondoleiro levar o ferido para longe cantando o “o Sole Mio”.

G, contudo, pensando melhor haveria de, posteriormente, arrependido e envergonhado pelo seu comportamento, dirigir-se à esquadra mais próxima, contar o sucedido e entregar-se às autoridades.

Socorrido ainda a tempo, **E** recuperou totalmente dos ferimentos, muito embora tenha ganho medo às alturas e ao cheiro a tinta, razão pela qual se viu obrigado a mudar de profissão, sendo hoje sapateiro.

Analisando os factos, responda às perguntas seguintes, de forma fundamentada:

1. Quantos e quais os crimes que lhe aparecem configurados na hipótese acima formulada; (2 valores)
2. Se **D** tivesse morrido em consequência dos ferimentos sofridos com a queda, a sua resposta à pergunta anterior seria diferente? (1 valor)
3. Pode **D** pedir uma indemnização civil? A quem? Em que processo? (2 valor)
4. Quais as consequências para a **C Lda.**, da actuação do seu administrador **G**? (1 valor)